



A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO JUIZ-HERÓI NO COMBATE À CORRUPÇÃO: O JUIZ SÉRGIO MORO

Thaiane Dutra Luz Costa¹

Milca Borges Luz²

Maria da Conceição Fonseca-Silva³

A discussão sobre a corrupção política tem assumido cenário de destaque na mídia brasileira na última década. No ano de 2005, por exemplo, no governo do Presidente Lula⁴, a compra de votos de parlamentares pelo governo tomou a cena, o que ficou conhecido como o *Escândalo do Mensalão*. Entre 2003 e 2005, quando o caso veio à tona, teriam sido pagos R\$ 55 milhões de reais a 18 políticos de partidos que compunham a base aliada do governo Lula, como PMDB, PP, PR e PTB. O esquema, que teria sido organizado pelo PT, provocou a queda da cúpula do partido no governo. Em agosto de 2007, o STF aceitou a denúncia e passou a tramitar a Ação Penal nº 470. A ação teve como relator o então Ministro Joaquim Barbosa⁵, que teve papel de destaque no julgamento da ação quando defendeu o recebimento de todas as denúncias, bem como agiu de forma implacável no julgamento de políticos de alto escalão do governo. Esse julgamento mudou inclusive a história do próprio STF que, desde a promulgação da Constituição de 1988, nunca havia condenado criminalmente qualquer político ali denunciado. E, é nesse panorama de grande relevância histórica que Joaquim Barbosa assume papel de protagonista no combate à corrupção.

Já no ano de 2014 é deflagrada pela Polícia Federal a Operação Lava Jato, investigação em andamento que cumpriu, já em sua primeira fase, mais de cem mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar quantia superior a R\$ 40 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões em propinas. Tal

¹ Advogada, professora universitária e mãe. Mestre em Linguística e doutoranda em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com especialização em Direito Civil e Processo Civil. Membro do GPADIS.

² Doutora e mestra em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Membro do GPADis; Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - 2011); especialista em Ensino de Língua Portuguesa e em Estudos Linguísticos.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Realizou estágio de pós-doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2006/2007). É Pesquisadora nível 2 do CNPq. Atualmente é professora Titular/Pleno do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde atua como professora pesquisadora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin-Uesb) e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMEMORIALS-Uesb). É líder do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso; (GPADis/Uesb/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Estudos da Língua(gem) (GPEL/Uesb/CNPq).

⁴ O primeiro mandato do ex-presidente Lula durou de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, quando foi reeleito, mantendo-se na Presidência até o final do segundo mandato em 2011.

⁵ Joaquim Barbosa foi cotado a candidato ao pleito presidencial de 2018 pelo PSB.



operação é considerada pela Polícia Federal como a maior investigação de corrupção da história do país. De acordo com as delações recebidas pela força-tarefa da Lava Jato, estão envolvidos políticos de quase todos os partidos, em especial do PP, PT, e PMDB, além de grandes empresários. A Lava Jato toma destaque não apenas pelo montante financeiro que envolve, mas pelos sujeitos supostamente envolvidos como o ex-presidente Lula, atualmente condenado em sentença por Sérgio Moro e cumprindo pena de reclusão em regime fechado. Como no caso do Mensalão, a Operação Lava Jato recebe destaque pela prisão de grandes empresários e políticos de alto escalão ligados ao governo, mas também pela atuação do juiz Sérgio Moro⁶, responsável por autorizar tais prisões. Moro assume, da mesma forma que Barbosa, uma posição de destaque, ambos são discursivizados como verdadeiros heróis, dispostos a salvar o país do mal que é a corrupção.

Estes sujeitos deixam de ocupar a posição-sujeito de juízes e são convocados a ocupar uma posição-sujeito de heróis posição-sujeito. Embora discursivizados como heróis, há discursos espetacularizados na mídia que questionam os métodos e motivos que levaram tais sujeitos ao combate à corrupção. Tais ocorrências tornam-se objetos de discurso por motivos determinados, apenas por existir condições para que se constituam. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar a construção de uma memória discursiva em torno da posição-sujeito juiz-herói, tomando como referência a atuação de Sérgio Moro durante a Operação Lava Jato. Buscou-se compreender como a mídia, em especial a Revista Veja, produziu e atualizou sentidos sobre essa posição, naquele momento, articulando discursos que variaram desde a glorificação até a desconstrução. Para tanto, mobilizou-se o dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso, fundamentado em Pêcheux. Foram mobilizados conceitos de memória discursiva, lugar de memória e efeitos de sentido.

O cenário político brasileiro das últimas décadas foi marcado por escândalos de corrupção que ganharam grande visibilidade midiática, como o Mensalão (2005) e a Lava Jato (2014). Nesse contexto, figuras do Judiciário, como Joaquim Barbosa e Sérgio Moro, foram discursivamente posicionadas como heróis capazes de "salvar" o país da corrupção. Essa construção não foi aleatória: ela se inseriu em uma tradição discursiva que remontou aos mitos gregos, nos quais heróis como Hércules ou Teseu combateram monstros que ameaçaram a sociedade. Como apontou Fonseca-Silva (2007a), a mídia funcionou como lugar de "construção de memórias na sociedade contemporânea", atualizando sentidos a partir de condições históricas específicas. A análise partiu do pressuposto do discurso como efeito de sentido (Pêcheux, 1969) produzido no encontro entre língua, história e memória. A noção de memória discursiva (Courtine, 2009) foi central aqui, pois permitiu entender como enunciados do passado (ex.: narrativas heroicas) retornaram no presente, ressignificados. Conforme Pêcheux ([1983a] 2015a, p. 44), a memória deveria ser entendida "nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador".

⁶ Sérgio Moro era juiz federal da primeira instância, titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, mas assumiu o cargo de Ministro da Justiça em janeiro de 2019, no governo de Jair Bolsonaro.



O corpus foi constituído por duas capas da Revista *Veja* que trouxeram o então juiz Sérgio Moro em momentos distintos: a primeira, publicada em dezembro de 2015, trouxe o título "Ele salvou o ano!", acompanhado da descrição: "o juiz que deu ao Brasil a primeira esperança real de vencer a corrupção". Nessa materialidade, a corrupção foi metaforizada como um "monstro" (a Hidra, o Minotauro), e Moro, como o herói que o enfrentou. A Revista *Veja* funciona aqui enquanto um lugar de memória discursiva, por ela ser um exponencial da mídia escrita em nosso país no seguimento revista de informação - a mais antiga que se encontra em circulação no Brasil, além de ser a maior em número de assinantes (Fonseca-Silva, 2007a), bem como pelo fato da ampla cobertura que dá ao cenário político brasileiro, e consequentemente, deu ao sujeito político Sérgio Moro, enquanto figura de destaque nos desdobramentos da Operação Lava Jato e da prisão do ex-presidente Lula. A mídia funciona como um lugar de "construção de memórias na sociedade contemporânea" (Fonseca-Silva, 2007a, p. 25), e, assim, a Revista *Veja* funciona aqui como lugar de memória discursiva, materialidade simbólica de significação (Fonseca-Silva, 2007a, p. 24) onde os efeitos de sentido produzidos, repetidos, identificados em uma regularidade, possibilitam a identificação dos sentidos do acontecimento discursivo presente. A fim de demonstrar os aspectos teóricos abordados, propomo-nos à análise das materialidades. Tomamos como base o discurso do herói grego, como aquele que defende, protege, guarda, como aquele que vive num limiar mítico entre deuses e homens, como um homem superior, capaz de salvar o mundo dos homens simples, para analisar a atualização dessa memória no encontro com a atualidade da posição de juiz-herói ocupada pelo sujeito Sérgio Moro na Revista *Veja*.

As condições de produção dos discursos que atravessam a posição de sujeito juiz-herói e que convocam Moro a ocupar tal posição são similares às condições de produção dos discursos sobre os heróis gregos: uma sociedade em perigo precisa de alguém que a salve de um mal aterrorizante, ao exemplo de Hércules que matou a Hidra, Aquiles principal guerreiro na Guerra de Troia, Teseu ao matar o Minotauro, Perseu ao arrancar a cabeça da Medusa, etc. Na atualização dessa memória, nos tempos atuais, em meio à crise político-institucional vivida no Brasil em sua história mais recente, o Judiciário passa a assumir um papel de espaço na resolução dos problemas, principalmente, de controle e combate à corrupção. Nesse sentido, primeiro Joaquim Barbosa e, pouco depois, Sérgio Moro, e mais recentemente Alexandre de Moraes, os quais se destacam como figuras importantes em meio às crises políticas do Brasil, surgindo como heróis de uma guerra contra a corrupção e em defesa da democracia. Assim, como destacou Fonseca-Silva (2005), o discurso se constituiu como efeito de sentido no encontro entre língua e história. A operação de pré-construído (Pêcheux, 1983) foi evidente: a memória dos mitos gregos foi atualizada para legitimar uma posição-sujeito específica.

Já a segunda capa (*Veja*, 2019), intitulada "Desmoronando", mostrou um busto de Moro sendo destruído, com críticas a seus métodos. Nesse caso, conforme Pêcheux ([1983b] 2015b, p. 46), o acontecimento discursivo deslocou e desregulou os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. Ainda que mantivesse traços da memória heroica de outrora, especialmente pela exposição da figura de um busto do juiz, a capa operou uma contra-identificação (Indursky, 2011) com a posição-sujeito anteriormente construída, indicando uma homenagem e reverência que não mais cabiam àquele sujeito. Há



na segunda capa uma contra-identificação do sujeito discursivizado em relação ao discurso de heroísmo estabelecido na outra capa, há uma tensão entre as duas capas, mas, para que exista tal tensão, é necessário que o primeiro discurso ainda atravessasse essa nova formação discursiva de forma transversa, o que nos faz pensar que o memorável não pode ser inteiramente esquecido, haverá um sempre *já-lá*, ainda que haja um aparente esquecimento. A atualização dos discursos permite a construção de novos sentidos e, conseqüentemente, na construção de novas redes de memória, ou melhor, no aumento da rede de memória criada sobre tais formações discursivas, mas, devido à porosidade da própria memória, haverá um já dito, uma presença-ausente.

Na análise, verificamos a construção de uma memória discursiva que se materializa no discurso de que tais sujeitos não ocupam apenas a posição-sujeito de juiz, mas de juiz-herói. Os efeitos dessa memória remetem a heróis contraditórios, que lutam por um bem maior, mas que não deixam de sofrer críticas por seus atos ou pelos caminhos seguidos para o alcance desse bem, como ocorre nos mitos gregos. Os resultados mostraram que, no jogo do encontro da memória com a atualidade, nos casos de corrupção de grande repercussão, há a retomada/reconfiguração de uma memória da posição-sujeito juiz como herói quando se posiciona no combate à corrupção. Analisamos também que outros discursos circulam a partir dessa memória do herói no combate à corrupção, pois, após socorreram aqueles que precisam, os heróis continuam a ser humanos, falhos e mortais. Sendo assim, a posição-sujeito herói ocupada seja pelos heróis míticos, seja pelos juízes brasileiros, não é uma constante. Há deslizamento de sentido sobre a posição-sujeito herói, a atualização de uma memória sobre heróis e suas falhas que remetem a ditos e não ditos. Como efeito de conclusão, percebemos que a memória é heterogênea e constrói-se a partir da repetibilidade, o que gera uma regularização e também desregularização dos sentidos num processo que sustenta a discursividade social (Indursky, 2011).

REFERÊNCIAS

- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- FONSECA-SILVA, M. C. O sentido como "efeito de" e bases simbólicas de significação. *In: Anais do II SEAD*, 2005.
- FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. **Poder-Saber-Ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007a.
- FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. *In: FONSECA-SILVA, M. C.; POSSENTI, S. (org.). Mídia e Rede de Memória*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007b.
- INDURSKY, F. **A memória na cena do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1983.
- PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, [1983a] 2015a.
- PÊCHEUX, M. Papel da Memória. *In: ACHARD, P. et al. Papel da memória*. Campinas: Pontes, [1983b] 2015b.